

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 489.144 - SP (2019/0009232-6)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**EMBARGANTE : FABIO REIS MENDES BANIN (PRESO)**  
**ADVOGADO : DANIEL ROBERTO DE SOUZA - SP289297**  
**EMBARGADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração, opostos em favor de **FABIO REIS MENDES BANIN** contra decisão monocrática de minha relatoria, a qual não conheceu do **habeas corpus** impetrado contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Nestes aclaratórios, o embargante sustenta que: *"No que pese a fundamentação do r. "decisum", com a devida permissão, o ora Impetrante entende que o presente episódio se trata de flagrante ilegalidade, uma vez que o Paciente foi condenado criminalmente mesmo inexistindo provas suficientes para tanto. Ademais, no que tange à dosimetria da pena, verificamos que referida matéria foi ventilada em primeiro grau, na vestibular da revisão criminal, razão pela qual tal matéria restou amplamente discutida pelo Tribunal de origem. No mais, "data maxima vênia", como cediço, não há necessidade de o Juiz se manifestar precisamente sobre cada ponto elencado pela parte, bastando somente que, em linhas gerais, demonstre fundamentadamente as razões do acolhimento ou não do pedido, sendo que o não acolhimento já é suficiente para demonstrar que todas as matérias trazidas à baila, especialmente a dosimetria da pena, foram afastadas pela E. Corte "a quo"."*

Requer, ao final, a concessão da ordem inicial do presente **mandamus**.

É o relatório.

Decido.

Preambularmente, convém esclarecer que os embargos de declaração são cabíveis somente nas hipóteses do art. 619 do Código de

Processo Penal, isto é, nos casos de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão no acórdão embargado. São inadmissíveis, portanto, quando, a pretexto da necessidade de esclarecimento, aprimoramento ou complemento da decisão embargada, objetivam, em essência, o rejugamento do caso.

Diversamente do alegado pelo embargante, o que avulta do contexto fático delineado pela col. Corte **a quo**, é que a condenação se apoiou em robusto conjunto probatório, quais sejam, **os depoimentos testemunhais e das vítimas**.

**Qualquer incursão que escape a moldura fática ora apresentada, demandaria inegável revolvimento fático-probatório, não condizente com os estreitos lindes deste átrio processual, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.**

O alegado constrangimento ilegal em todas as fases da dosimetria da pena, não foi objeto de apreciação pela Corte **a quo**, pois, **ao que consta dos autos**, relatadas irresignações sequer foram arguidas originariamente. Assim, considerando que o Tribunal de origem não se pronunciou sobre referidos temas, esta Corte Superior fica impedida de se debruçar sobre a matéria, **sob pena de incorrer em indevida supressão de instância**.

Destarte, não houve contradição ou omissão no **decisum**, de modo que demais ilações a respeito da insurgência da embargante, acarretará no reexame de matéria já julgada, situação que não se coaduna com o instrumento dos declaratórios.

**Ante o exposto**, rejeito os embargos de declaração.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

